



Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul

CRISE: SURPRESA PARA A DESMEMÓRIA

Publicado no site em 15/12/2008

Econ. Cláudio Francisco Accurso

Se tivéssemos a expectativa de vida de cem anos, em lugar da dos setenta e cinco de hoje, acolheríamos com um sorriso a crise financeira que se apresenta, um sorriso de encontro com a nossa juventude, com a nossa adolescência e mocidade, numa espécie de testemunho de que já fomos moços. Fatos retumbantes marcam para sempre, como é o caso das crises do sistema capitalista ou da economia de mercado. Quando reincidentem e se reapresentam, no mínimo despertam o interesse em saber-se do “porquê”, se fruto de leis que pautam o movimento do sistema ou se puro episódio aleatório e de coincidência.

Fenômenos que fogem da experiência pessoal só podem ser assimilados pelo estudo da história, em seus transcurso mais próximos ou mais remotos, quando as peculiaridades que os marcaram são identificadas e realinhadas para a inteligência de sua performance. Naturalmente, quanto mais distante do presente estiver o fato sob interesse, mais difícil será captar os seus contornos, suas relações e seus sentidos funcionais, o que sempre dá lugar a incertezas e, por isso, a desconfiças. Contudo, quando esse fato assoma várias vezes durante um longo tempo, impõe-se como coisa imperiosa, alicerçado por causas que subsistem mesmo com suas roupagens históricas. As crises estão nessa situação, só que já suficientemente equacionadas para permitirem cômodos consensos.

Dois estudiosos contribuem de forma singular para o entendimento da crise: Kondratieff e Arrighi. O primeiro, diretor do Instituto de Conjuntura de Moscou, verificou que o capitalismo se desenvolvia de forma cíclica. Num período de aproximadamente cinqüenta anos, apresenta duas etapas de vinte e cinco anos cada: uma de natureza ascendente e outra claramente de contração e de desaceleração. Seu trabalho é descritivo, tomando por base estatísticas de preços, sem teoria certa para as explicações das mesmas. A evidência empírica do fenômeno deixa, contudo, evidenciado um comportamento sempre confirmado de ciclos no processo de desenvolvimento do capitalismo, em que crises como a que estamos assistindo são sempre esperadas.

A segunda contribuição é a de Giovanni Arrighi, em seu livro “O Longo Século XX”, em que desenvolve com densa bibliografia de apoio um estudo sobre “os ciclos sistêmicos de acumulação de capital”, dentro de uma detalhada visão histórica, em que se constata a existência de ciclos com morfologias, estruturas e agentes funcionalmente comparáveis, apesar de suas variadas especificidades históricas. Desde a formação inicial do capital, em sua etapa marcadamente mercantil, com Veneza e Gênova como sua geratriz central, até os nossos dias, se conhece quatro ciclos sistêmicos de acumulação do capital com seus respectivos epicentros: Gênova, Holanda, Inglaterra e EE.UU.

Esses ciclos têm sua fase de formação, consolidação e enfraquecimento de seu segmento produtivo (comércio e indústria) e, posteriormente, de seu segmento financeiro, quando os retornos dos capitais aplicados sugerem outras alternativas, inclusive territoriais. Ao mesmo tempo, tem-se papéis dominantes para os agentes privados, enquanto os mercados oferecem possibilidades para expansão do processo de acumulação, e para uma atuação mais de natureza institucional e política (guerras), quando as demarcações territoriais são decisivas para a consolidação dos interesses nacionais, marcando assim fases em que as hegemonias do público e do privado não só se alternam como se mesclam nas delimitações hierárquicas dentre os integrantes da economia mundial. Notável também é a verificação de que cada ciclo tem origem no segmento da produção produtiva e seu fim pelo segmento financeiro, quando então surge um novo epicentro que comandará o ciclo seguinte.

Esses ciclos sistêmicos de acumulação do capital não coincidem com os verificados por Kondratieff, porque não descrevem apenas a contração e a expansão econômicas, antes se ocupam de um fenômeno muito mais complexo, envolvendo variáveis sob o alcance da história, da ciência política, da sociologia, da economia e da geografia, numa síntese com grande força de convicção.

Os ciclos seculares (Braudel, 1987) baseados em logística de preços, embora também de longo prazo (1340-2000), guardam o inconveniente de descreverem um movimento sem a especificação do que é claramente capitalista, segundo sua manifestação no sistema mundial moderno, o que ocorre também com os ciclos de Kondratieff, embora de contestação mais recente, portanto sem dúvida quanto ao sistema a que se referem. É preciso ter presente que as variações de preços não são exclusivas da economia capitalista, o que pode estar refletindo composições sistêmicas bastante diferentes.

As migrações de capital para a área financeira resultam da perda de retornos de suas aplicações, segundo experiência vivida e de perspectivas que autorizem a reparação dessa tendência. Os ganhos superiores no segmento financeiro vão se dar em outras aplicações como dívidas públicas, crédito, guerras, ou seja, em gastos não ligados diretamente à esfera produtiva ou em atividades capazes de abrir-lhe novos horizontes como é o caso das conquistas territoriais que se fizeram presentes em todos os ciclos.

Evidentemente que os impulsos dinâmicos vindos desses novos horizontes tinham um custo sempre em contraste com seus benefícios e que, uma vez não compensado, dava lugar à busca de novos espaços e novas formas e objetos de produção. A criação de uma nova base produtiva passava por novos agentes, novas instituições, transferência de recursos do epicentro superado para o novo epicentro, alargamento da escala de operações, mas também encurtamento do tempo de duração do novo ciclo.

O capital vive sempre duas grandes tensões. A primeira diz respeito à relação capital-trabalho, que marca a divisão dos ganhos de produtividade entre os dois fatores, bem como marca a taxa de lucro global, determinante essencial de toda a dinâmica. A segunda diz respeito à divisão do lucro global entre as diversas frações do capital – comercial, industrial, bancária, financeira, etc. – que vai definir hegemonias importantes do ponto de vista do desenvolvimento. Claro que o enfraquecimento dos ganhos da área produtiva, que, a final, responde pelo lucro global, só se dá quando os retornos do capital aplicado começam a cair, o que incentiva a disputa entre as diversas frações e a predominância do segmento financeiro em grande parte por suas aberturas extramercados.

Quando os próprios ganhos financeiros entram em queda, a economia como um todo já está bastante comprometida, porque não se trata de algo isolado, restrito, que possa ser reparado de forma particular à margem da taxa de lucro do sistema como um todo para a área produtiva, ou seja, ganhos de produtividade devem estar em marcha via uma nova fronteira de inovação tecnológica. Se isso não ocorre, está-se na véspera de um novo ciclo e de um novo epicentro.

A situação de hoje segue muito de perto os ciclos anteriores, talvez com a novidade de os recursos da periferia correrem para o centro em lugar de fluírem para um novo epicentro como ocorreu nos casos anteriores. Os EE.UU. representando cerca de 20% do PIB (soma de todos os bens e serviços produzidos) mundial conta com 80% da poupança mundial, o que mostra a sua própria pujança econômica e o risco dos poupadores com a quebra que se desenha. Como também no passado, a crise com vitrina financeira tem na esfera produtiva os constrangimentos que vão debilitando a economia norte-americana, em que seus sintomas mais visíveis são os déficits fiscal e o da balança comercial que perduram há muitos anos sem correções à vista. O primeiro reflete a necessidade de um gasto público improdutivo (guerra) para manutenção de seu poder coercitivo sobre as demais nações; o segundo, a perda de competência concorrencial no mundo especialmente a partir de 1980.

A frouxidão dos controles sobre o mundo financeiro, ou seja, a ausência de regulação imposta pelo neoliberalismo, criou um capital fictício em livre trânsito mundial, disputando uma soma de lucros em baixa com a desaceleração da economia mundial nas últimas duas décadas. Cem países apresentam renda per capita inferior à de quinze anos atrás. A redução dos investimentos produtivos e sua evolução para a esfera financeira são especialmente notórias na atualidade. Na França, a poupança financeira reunia 31,9% da poupança nacional em 1983; em 2001, 66%. Nos EE.UU., os ativos financeiros captam hoje 84% da poupança nacional; na Grã-

Bretanha, 67%; no Japão, 61%; no Canadá, 71%. Os menores investimentos na esfera produtiva vêm afetando seriamente a evolução da produtividade do trabalho. Na Europa, seu crescimento vem se dando desde 1989 a 1% ao ano, quando em 1960-75 progredia de 5 a 6 vezes mais. O mesmo ocorre nos EE.UU.

Esse capital fictício criado por um crédito sem base real e pela irresponsável especulação nas bolsas só poderia ser manipulado pela grande concentração de capital associada a diretrizes de governo ao encontro de seus interesses, como ocorre agora de forma visível com os socorros de natureza pública. A bolha de crédito começou em 2001, com a crise das empresas da internet. Durante 24 meses, o FED (Banco Central dos EE.UU.) baixou os juros de 6% para 1% para estimular a economia, inundando o mercado de dinheiro que dobrou os preços das moradias via empréstimos sem critérios. A relação ativos-empréstimos bancários, que andava pela casa dos 1:4 a 1:8, chegou a 1:40, o que bem mostra a leviandade com que essa política foi conduzida. Em 1929, essa relação era de 1:10.

Agora chegou a hora dos ajustes, porque o sistema parou. O custo dos empréstimos entre os bancos cresceu dezesseis vezes nos últimos dezoito meses, mesmo o FED injetando, em agosto de 2007, US\$64 bilhões no mercado americano para não paralisar os empréstimos entre eles. Calcula-se que a crise tenha pulverizado US\$17 trilhões das Bolsas de Valores no mundo todo em poucas semanas, o que equivale a cerca de 30% de seu valor antes da crise. Só em 2008 já faliram treze bancos nos EE.UU., empresas como Ford, Toyota e Honda enfrentam queda de vendas de 30%. Já se calcula que a conta final chegue aos astronômicos 4,5 trilhões de dólares, tanto quanto 8,5% do PIB planetário (US\$53 trilhões).

O custo social desse quadro já é bastante alto. Cem países, segundo o Banco Mundial, apresentam renda per capita inferior ao nível de quinze anos atrás. A relação entre os 10% de renda mais alta e os 10% de renda mais baixa, que era de 30, em 1960, passa para 72 em 2001. Os níveis de exclusão e de pobreza já atingem 18% da população européia e 15% da população americana. Na União Européia havia 38 milhões de pobres em 1975; 44 milhões em 1985; e 65 milhões em 2001. Em vinte e cinco anos aumentaram 27 milhões de pobres e de excluídos (Comissão de Bruxelas).

Interessante do ponto de vista histórico não é só o fato de as crises financeiras serem uma reiteração, mas também de que elas sucedem a uma disfunção do segmento da economia real, da economia produtiva. Em razão dessa disfunção, se montou uma nova política econômica a partir de 1980, com vistas ao amplo favorecimento da fração financeira, a única com flexibilidade para opções múltiplas nas disputas pelo volume de lucros diminuído. Com esse objetivo, foi estruturada, sob a ideologia da globalização, uma política para beneficiar a todos – centro e periferia – baseada na desregulamentação da economia, na privatização dos ativos públicos, na abertura das economias, na fixação da taxa de câmbio, na depuração das proteções ao trabalho, na redução do gasto governamental, tudo para garantir o livre curso do capital financeiro em suas aplicações pelo planeta.

Ledo engano pensar que desse livre curso poderia resultar uma nova fronteira de desenvolvimento para todos. Além de ser uma reprodução da política anterior a 1930, que teve seu ápice na crise, daí o “neo” da política atual (neoliberalismo), tem a seu desfavor as próprias desigualdades entre e intraestatais fruto da mesma, o que desde logo desautoriza o seu otimismo e põe em relevo o invólucro ideológico de tal globalização, algumas crises regionais de grande repercussão mundial, como o caso da Argentina, do México, da Rússia e da Ásia, são prenúncios do que poderia ocorrer mais tarde com outros submetidos a valorizações monetárias através de instrumentos de recessão e desemprego, tendo como resultado apenas o incremento da poupança sob a forma financeira.

No plano empírico, a globalização é decepcionante. Entre 1971-2001, os investimentos diretos da Europa em regiões fora da Europa foram de 0,4% do PIB; nos EE.UU., de 0,4%; no Japão, de 0,6%. Por outro lado, são de 8% apenas as exportações sobre a economia européia; de 6% em relação a sua economia no Japão e de 10% nos EE.UU., o que significa que seus mercados absorvem mais de 90% do que produzem. Assim, a universalidade prometida pelo novo desenvolvimento não passou de uma falácia com vantagem apenas para os países desenvolvidos, especialmente para os EE.UU. Vencida a etapa dos ganhos financeiros, a economia planetária cai na realidade de mais um fim de um ciclo sistêmico, com perspectivas incertas sobre todos os sentidos, mas sem dúvida com grandes sofrimentos para a população em geral.